

**EDUCAÇÃO E NOVOS SABERES: A NECESSIDADE DE UMA NOVA VISÃO SOBRE A
ÁFRICA E OS AFRICANOS**
Área Temática: História

Amanda Dutra Hot¹, Germano Moreira Campos¹

¹ *Mestre em História pela UFOP e professor da Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhuaçu (FACIG).*

RESUMO: Nos últimos anos, toda a comunidade acadêmica e a sociedade brasileira tem se deparado com a exigência estabelecida pelo Governo Federal, através da Lei 10.639/2003, de se trabalhar com o ensino da cultura afro-brasileira e africana em diferentes níveis educacionais. Tal determinação torna-se muito válida na busca de um ensino mais humanista e humanitário, que compreenda as diversidades e valorize a questão da multiculturalidade. Por outro lado, deparamo-nos com sérias barreiras estabelecidas por uma visão essencialmente eurocêntrica a respeito dos africanos, visão esta que contaminou excessivamente os materiais didáticos e mesmo pesquisas acadêmicas concernentes aos africanos. Diante desta situação, o presente artigo objetiva relacionar as possibilidades de se estudar, entender e também de se fazer uma história da África de forma menos enviesada e que tenha os africanos como atores, e não apenas como expectadores ou vítimas do processo colonizador europeu. Tal proposta se torna pertinente, uma vez destacada a atualidade e a importância do assunto em nosso cotidiano e sua necessidade cada vez maior nos currículos acadêmicos e escolares.

Palavras chaves: educação, eurocentrismo, história da África.

ABSTRACT: In recent years, the entire academic community and Brazilian society has been faced with the requirement established by the Federal Government, through the Law 10.639/2003, to work with the teaching of culture african-Brazilian and African in different educational levels. Such a determination becomes very valuable in the search for a more humanistic and humanitarian education, he understands and values the diversity issue of multiculturalism. On the other hand, we face serious barriers established by an essentially Eurocentric view about the Africans, a view that excessively contaminated materials, and even academic research pertaining to Africans. In this situation, this article seeks to relate the possibilities of studying, understanding and also to make a story of Africa in a less biased and has the Africans as actors, not only as spectators or victims of European colonization process. This proposal becomes irrelevant, since highlighted the timeliness and importance of the matter in our daily life and its increasing need in academic curricula and school.

Keywords: education, eurocentrism, african history.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos a educação brasileira, no âmbito de suas escolas públicas e privadas, além do ensino de nível superior, vem adotando medidas, tardias é verdade, a respeito da valorização da cultura Afro-Brasileira e Africana no ambiente escolar; tanto em nível de ensino propriamente dito, como também no campo da pesquisa em geral e, por extensão, na produção dos materiais didáticos a serem trabalhados nas escolas. Ao fazer isto, o Ministério da Educação de nosso país possibilita que se inicie um processo para

que se salde uma dívida histórica com os povos que tanto se mostraram importantes para a formação do Brasil que conhecemos.

A omissão da abordagem da temática racial, que engloba preconceito, racismo e discriminação, vem à tona como um elemento que colabora para a inferiorização daqueles que tanto se doaram para a construção do país em que vivem. Esta situação em muito colabora para as práticas de preconceito e discriminação contra os negros, o que se manifesta em todos os campos da sociedade e, também e infelizmente, no ambiente escolar.

Práticas de violência física e a utilização de apelidos de tom pejorativo para se identificar alunos negros consistem num grande problema enfrentado pelas instituições de ensino brasileiras. Esta situação demonstra que as crianças e os jovens negros ainda estão sob o jugo de práticas racistas e discriminatórias, algumas vezes claras e outras mitigadas e disfarçadas, mas todas herdadas de uma imagem de dominação e de superioridade lançada sobre os negros.

Os profissionais da educação, muitas vezes sem a devida consciência e orientação, acabam, mesmo que inconscientemente, por colaborar para a ocorrência e o estabelecimento de práticas de discriminação racial. Pode-se dizer que tal fato se deva à formação acadêmica desses profissionais e ainda aos materiais de que dispõem para realizar seu trabalho.

O longo silêncio da escola e da academia sobre as dinâmicas das relações étnico-raciais acabou por permitir, e até mesmo por legitimar, que fosse transmitida aos alunos a ideia de uma suposta "superioridade branca", repetida e presente nos materiais didáticos, na organização e escolha das turmas e nas próprias abordagens dos conteúdos escolares, com destaque para as disciplinas de História, Sociologia, Geografia, Antropologia e para o campos das Artes, onde incluímos a Literatura.

Nesse sentido, pensamos que a atitude de silenciar-se diante do problema não apaga magicamente as diferenças e, ao contrário, permite que cada um construa, a seu modo, um entendimento muitas vezes estereotipado acerca do outro que lhe é diferente.

No campo da educação, para se promover uma atitude ética, voltada para o respeito e para o convívio harmônico com a diversidade, deve-se partir de temáticas significativas do ponto de vista ético, propiciando condições desde a mais tenra idade – e que seja também um processo contínuo durante a formação de nível superior – para que professores e alunos desenvolvam a capacidade de diálogo e para que tomem consciência das próprias raízes históricas a que pertencem, que ajudaram e ajudam a constituir a cultura e formar a nação brasileira, pois o preconceito e o

racismo correspondem a formas da violência mais vil.

Diante disso, pode-se perguntar quais as situações que temos possibilidade de mudar em nosso ambiente escolar? Qual seria a nossa contribuição concreta para viabilizar a conscientização acerca dessa temática em sala de aula? Como desenvolver pesquisas acadêmicas, de mercado e políticas públicas que tenham o negro como protagonista e não apenas como coadjuvante ou mesmo com objeto passivo dos processos históricos? Obviamente, em termos da educação de nível superior, estas são sérias lacunas existentes na pesquisa, no ensino e, pode-se ainda inferir, na própria cultura educacional brasileira, fruto de interpretações importadas de outros centros, como a Europa.

Diante destas questões e apontamentos, identifica-se na Lei 10.639/2003 e na Lei 9.131/1995 iniciativas no sentido de se valorizar a importância das relações étnico-raciais no ensino escolar e na pesquisa acadêmica das Instituições de Ensino Superior. Para a promoção da real democracia racial é necessária a promoção do respeito mútuo, do reconhecimento das diferenças, da possibilidade de se falar sobre as diversidades sem medo, receio e sem preconceito.

Sabe-se que o Brasil é um país absolutamente rico em diversidade étnica e cultural, e, portanto, plural e multicultural em sua identidade. No entanto, mesmo a diversidade marcando a gênese da vida social brasileira¹⁷, é comum observarmos historicamente a existência de estereótipos que alimentam preconceitos, relações de discriminação e exclusão social, que impedem muitos brasileiros de terem uma vivência plena de sua cidadania.

Atualmente, vivemos um momento marcado pela busca por políticas públicas voltadas para a igualdade e para o desenvolvimento de oportunidades da população negra¹⁸. Esta ação tem seus

¹⁷ Conforme podemos ver em autores como Gilberto Freyre e Roberto da Matta, além de outros.

¹⁸ A este respeito vale que se diga sobre os muitos esforços da UNESCO em parceria com muitas universidades brasileiras para desenvolver programas e cursos que valorizem o olhar e as políticas de igualdade diante da diversidade

pontos reservados por lei, na Constituição Federal de 1988, e vivemos com a esperança de que somente através da educação conseguiremos diminuir o nível de exclusão vivenciado pelos alunos que sofrem com o mal do preconceito e da discriminação racial na escola em seus mais diferentes níveis, do ensino básico à educação superior.

Nesse contexto, acreditamos que a escola (aqui considerada como *locus* educacional e de formação, que vai da educação básica à superior), por ser um espaço privilegiado de formação, desempenha um importante papel no processo de superação da discriminação e de construção de uma sociedade mais justa, onde as diferenças sociais, culturais e individuais sejam utilizadas para enriquecer as interações e a aprendizagem entre os seres humanos.

O educador que se preze não pode estar disposto a entrar em sala somente para explicação teórica das matérias constantes no currículo escolar, mas deve se dedicar ainda a entender as diferenças, os problemas, as dificuldades que possam decorrer da não valorização das culturas afro-brasileiras.

As linhas deste artigo visam oportunizar aos que ensinam e aprendem o conhecimento das histórias de dignidade, de conquista e criação de culturas e povos que constituem a sociedade brasileira, e propõe, sobretudo, contribuir para a formação de novas mentalidades, pois a diversidade valoriza a singularidade de cada um e de todos. A compreensão da diversidade cultural é, antes de qualquer coisa, um exercício de alteridade, de compreensão e convivência com o outro.

étnica e racial. Uma dessas iniciativas é o grupo AMDE – Cátedra UNESCO, criado pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), que oferece vários cursos nesse sentido, tais como Gênero e Diversidade na Escola (GDE), Educação para a Diversidade e Cidadania (EDC) e Gestão de Políticas Públicas com ênfase em Gênero e Raça (GPP GeR). Vale, também, destacar a iniciativa de algumas instituições privadas nesse sentido, como a Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhuaçu (FACIG), que criou uma disciplina comum a todos os cursos, Relações Étnicas e Raciais, onde profissionais especializados na área têm a oportunidade de debater esta questão junto aos alunos.

Para tanto, se fará um histórico acerca de autores e trabalhos muito respeitados nos meios acadêmicos brasileiro e mundial, apontando aqueles que colaboraram para uma visão distorcida e mesmo preconceituosa sobre os africanos, assim também como aqueles que vem se esforçando por superar essas chagas históricas, trabalhando pela valorização de uma história escrita a partir e pelos africanos, não apenas sobre eles. Isto torna-se importante de ser dito, uma vez que os níveis iniciais e básicos da educação consomem e compram os argumentos produzidos pela academia, ou seja, a história que se escreve na sala da universidade será aquela lida e estudada em sala de aula nas escolas brasileiras.

O que se escreve sobre a África

Para identificar como as visões estereotipadas sobre os africanos contaminaram os espaços escolares, torna-se necessário, inicialmente, fazer um apanhado de autores e livros acadêmicos que marcaram época e tornaram-se clássicos em termos das diferentes caracterizações que realizaram.

Através dos textos de John Thornton (2004) e Alberto da Costa e Silva (2003) podemos notar inicialmente as preocupações desses dois estudiosos em torno da forma de como se fazer uma história da África. De início, logo nos deparamos com os problemas das abordagens eurocêntricas onde, na ânsia de se fazer uma história dos vencedores (dos chamados “homens de iniciativa”), autores como o britânico H. Trevor-Hopper (TREVOR-HOPPER, *op. cit.* SILVA 2003), não consideram possível a existência de uma história da África subsaariana apenas com atores (ou agentes) propriamente africanos.

Também o renomado nome dos *Annales* F. Braudel, em seu celebrado *Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo à Época de Felipe II*, como afirma Jonh Thornton (THORNTON, 2004), destaca excessivamente os empreendimentos europeus, excluindo ou marginalizando as sociedades atlânticas das movimentações político-econômicas em terra e mar. A visão de uma África passiva e indefesa é apresentada ainda por Pierre Chaunu (THORNTON, 2004) e, mais tarde, as elaborações em que se misturava a teoria

dos *Annales* somada a enfoques marxistas de André Gunder Frank e Walter Rodney (THORNTON, 2004) que, por exemplo, ajudaram a estereotipar essa ideia sobre o continente africano e seu povo.

Não raramente americanistas que lançaram olhos sobre a África o fizeram através de uma brutal homogeneização dos diversos povos e culturas locais e se nortearam pela ausência de uma compreensão da dinâmica das sociedades africanas (PRIORE & VENÂNCIO, 2004) pré-coloniais: é como se considerassem que os grandes descobrimentos marítimos e o tráfico internacional de escravos fossem os marcos iniciais do “nascimento da África”. Conforme disse Thornton: “Historiadores radicais buscaram explicar a cultura e a religião dos escravos em termos da instituição da escravidão, reduzindo desse modo a identidade africana dos escravos” (PRIORE & VENÂNCIO, 2004).

Mas para não pecar em apontar apenas aqueles que vitimizaram os conhecimentos sobre o continente africano, somos alertados, também, para não perdermos de vista as complicações que uma história africana de teor altamente nacionalista, desenvolvida principalmente no pós Segunda Guerra e nas décadas de 1960/70. Alguns enfoques até certo ponto radicais e bastante forçados (ou mesmo tendenciosos) podem prejudicar uma visão da complexidade africana da mesma forma que os problemas já apontados.

De acordo com os dizeres do diplomata brasileiro – que por muitos anos trabalhou em terras Africanas, sendo profundo conhecedor dos idiomas e documentos locais – Alberto da Costa e Silva: “Sendo antiga e ampla a bibliografia sobre a África, a história da África é, contudo, uma disciplina nova” (SILVA, 2003, p. 234). Temos entre as fontes possíveis – e prováveis – vários relatos de viajantes europeus e especialmente árabes que comercializavam no continente, pinturas diversas e muitas marcas da oralidade de muitas etnias, onde o trabalho do historiador não pode se excluir das contribuições da arqueologia e da etnografia em suas abordagens. Ao mesmo tempo em que as fontes se apresentam tão várias, suas especificidades se tornam, também, uma dificuldade, haja vista que a forte marca da tradição oral – apenas para citar um exemplo

– das diversas etnias africanas não foram muitas vezes preservadas ou sofreram alterações de interpretação por aqueles que se dedicaram a essa árdua e sensível atividade.

Analisando a expansão marítima ibérica, Serge Gruzinski (GRUZINSKI, 2004) trabalha a mundialização das relações político-econômicas e sociais e considera o vasto fluxo de ideias, bens e pessoas como uma grande troca de experiências e valores culturais. Embora o tamanho do mundo tenha se estendido, nunca os contatos entre pontos e povos diferentes foram tão intensos: o distante parecia algo familiar enquanto distâncias inconcebíveis eram descobertas. Através dessa “mobilização” (o autor prefere esse termo) os símbolos e os referenciais dos povos envolvidos nessa transação sofrem profundas alterações: o global se confunde com o local, mas o certo é que “novos indivíduos se formam e novos cenários também” (GRUZINSKI, 2004, p. 65). Gruzinski nota que assim como os europeus modificaram os africanos, estes também fizeram dos europeus novos homens.

Dessa forma, podemos mesmo inferir que uma complementaridade se tece entre as histórias da Europa, do Brasil e da África a partir desse momento em que o mundo se integra cada vez mais do século XVI em diante. Mais importante que avaliar a história dos africanos a partir do tráfico de escravos é pensarmos que a história da África ajuda em muito a explicar a própria história do Brasil; o continente mãe da humanidade se apresenta como uma espécie de irmão mais velho da história brasileira.

Este artigo se propõe a abordar temas recorrentes em muitos livros didáticos brasileiros, lançando vistas a uma certa possibilidade e, até mesmo uma necessidade de renovação dos saberes trabalhados nos livros destinados à educação básica. Dessa forma, e dotados desse interesse, os temas que mais nos chamaram a atenção e que pensamos serem, talvez, os mais problemáticos constituem na história da África e a forma como a mesma é trabalhada no Ensino Médio e a situação, não menos problemática, dos assuntos ligados à participação feminina na história. Temos, então, dois temas problemáticos em questão: a África e as mulheres africanas.

Com relação à história da África, e dos africanos, tradicionalmente temos a

impressão de que seu processo histórico só tem início com o tráfico atlântico para o Brasil, ou seja, a partir do momento em que os africanos passam a servir aos interesses coloniais europeus. Essa apresentação eurocêntrica se enraizou de tal modo no mercado de livros didáticos que, prezando pela simplificação, acabou por contribuir não para um melhor ou mais correto aprendizado escolar das relações entre África, Portugal e Brasil, mas sim no estabelecimento de preconceitos hoje difíceis de serem contornados.

Deste modo, embora o conhecimento que temos a respeito dos africanos seja fundamentalmente oriundo da presença deles no Brasil, onde ora servindo como escravos no nordeste açucareiro, ora nas terras de Minas Gerais, sempre o que fica – e vale observar que muitos foram os esforços para isso – é a presença do negro enquanto escravo (FREIRE, 1977, p. 315) como uma ferramenta disposta aos interesses do dominador branco. Isso se deve porque era apenas como escravo, e não como ser humano, que o negro servia para os interesses fundamentais da empresa colonial portuguesa.

Podemos observar nessa situação uma questão duplamente problemática: primeiramente o “esquecimento” das origens e da vivência africana dos negros que chegaram ao Brasil, e, também, o fato que aos africanos só é atribuído valor e atenção historiográfica enquanto estes servem como escravos e motores para os interesses metropolitanos.

A esta negligência da historiografia tradicional de matriz europeia, junta-se um outro esquecimento: a questão das mulheres – e dentre essas especialmente as negras, mas não apenas – enquanto agentes sociais e parte imprescindível na formação na sociedade em que se insere, seja ela africana, brasileira ou mesmo portuguesa. Estes serão alguns dos apontamentos sobre os quais discutiremos na sequência deste texto.

Por outra história da África: as diferenças entre o que é produzido e o que é ensinado

Esta situação duplamente problemática de que falamos acima reproduziu-se de forma espetacular no meio editorial didático escolar.

Com relação às origens africanas dos negros, observamos, no contato com variados livros e materiais didáticos trabalhados na educação básica brasileira, que aquilo que procuram apresentar ao professor, e que este repassa a seus alunos, é a existência de uma história marcadamente atlântica e europeia dos africanos. O tráfico negreiro não raramente pode ser identificado como um marco de origem para a entrada dos negros na história. A todo o momento estes são apresentados de forma passiva, muito mais sofrendo com os cursos do desenvolvimento de uma história portuguesa e, por extensão brasileira, do que propriamente agindo nela. Isso nos força – a professores e alunos – a identificar o elemento africano pelo viés da pena ou também da indiferença.

Acostumados que estamos com a dita “história dos vencedores”, a “passividade” e o sofrimento africano desinteressa os olhares analíticos de professores e alunos, que acabam por reproduzir a temática abordada pelos livros que utilizam. O escopo documental de que muitos historiadores se valeram, assim como seus objetivos e interesses colaboraram por produzir um conhecimento altamente desqualificador a respeito da história da África. Vale lembrar a capacidade do poder de dominação que possuem aqueles que dominam a arte da escrita da história: eles transmitem uma visão “oficial” dos fatos, de acordo com interesses os mais diversos.

De outra forma, o interesse na visão dos africanos como escravos, haja vista a sua utilidade como tal, encobriu aquilo que pode se chamar de uma história da vida privada, dos aspectos da intimidade e da subjetividade dessas pessoas. Tanto na África, como em Portugal e no Brasil, os escravos além de incorporarem as funções a eles destinadas pelo poder metropolitano, também, e não podemos esquecer disso, atuaram seguindo seus próprios desígnios e vontades. Eles não foram apenas massacrados – embora a presença da violência fosse forte – pelo sistema colonial, mas agiram numa situação de mão dupla: se por um lado eram vistos como “as mãos e os pés de seus senhores” (ANTONIL, 1982), por outro as fugas, os muitos quilombos formados, a constituição de família, a cultura e até mesmo os interesses comerciais marcariam um limite entre o que é submissão

e aquilo que se constitui como ação, interesse e livre arbítrio dos africanos nos três continentes citados.

Frente a esta situação uma das grandes dificuldades que, se solucionada, poderia contribuir de forma interessante para uma visão mais detalhada e menos preconceituosa sobre a história da África seria a aproximação entre os saberes produzidos na academia e a produção de novos materiais didáticos. Atualmente ainda é difícil essa aproximação, uma vez que mesmo padecendo de seus problemas a história produzida no interior das universidades brasileiras tem se dotado de uma grande dinâmica, sempre abrindo novas possibilidades de compreensão da história. Embora a história da África seja ainda recente¹⁹, a historiografia brasileira vem conseguindo consideráveis avanços neste campo, deixando de lado visões anteriormente cristalizadas.

Dessa forma pululam novas considerações acerca da escravidão e também das vivências dos negros no Brasil, mas também na África. Mas infelizmente os materiais disponíveis aos professores não incorporaram – pelo menos não com a velocidade e o comprometimento desejados – as novas abordagens de que falamos. Pensamos ser o debate entre academia e escola um dos pontos-chaves para a necessária reformulação das considerações sobre a história da África.

Nesse sentido, alguns assuntos esquecidos pelos materiais didáticos tradicionais, mas necessários para uma visão menos segregadora da África e dos africanos podem ser identificados na produção historiográfica brasileira e de brasilianistas²⁰ em especial.

¹⁹ A este respeito destacam-se as iniciativas da USP e da UFMG, que possuem centros de pesquisa específicos no trato com a história africana.

²⁰ Para citarmos apenas alguns temas e autores, a título de exemplo: trabalhando com a família escrava, temos SLENES, Robert. Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.; a influência cultural africana na formação da família brasileira em FREIRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 18 ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1977; as estratégias de vivência entre senhores e escravos em GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Caetana diz*

As africanas que vemos e as que conhecemos: seriam as mesmas mulheres?

É relativamente recente a aparição das mulheres na historiografia brasileira. Apenas a partir da década de 1930 (FREIRE, 1977) estudos historiográficos apontam as mulheres, mesmo que discretamente, como integrantes da história. Já os livros didáticos quando mostram uma mulher, é sempre como algo exótico e curioso, nunca revelando verdadeiramente suas vivências e experiências.

As mulheres escravas ou negras foram ainda mais negligenciadas, já que eram quase sempre vistas como parte passiva e subjugada da história, o que motiva historiadores contemporâneos da área a provar o contrário.

Essas africanas e afro descendentes foram parte imprescindível de nossa história. Na África, principalmente na região da Costa Ocidental, essas mulheres desempenharam um dos principais papéis: o do abastecimento, já que muitas delas trabalhavam como vendeiras ambulantes. Até mesmo em Portugal podemos perceber a atuação de quitandeiras, indispensáveis para o comércio de gêneros alimentícios. Junto com o tráfico atlântico, e muitos se esquecem disso, vieram também as tradições, vivências e habilidades desses escravos. Isso pode ser percebido através da atuação de minas-nagô (provenientes da Costa da Mina) no comércio

não. História de mulheres da sociedade escravista brasileira. São Paulo: Cia das Letras, 2005; a atuação de escravas e forras no comércio ambulante em FIGUEIREDO, Luciano R. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1993, DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 1995 e SOARES, Carlos Eugênio Libano. *Comércio, Nação e Gênero: as negras minas quitandeiras no Rio de Janeiro (1835- 1900)*. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MATTOS, Hebe Maria & FRAGOSO, João (orgs.). *Escritos sobre história e educação*. Homenagem a Maria Yedda Leite Linhares. Rio de Janeiro: Maud/FAPERJ; história da África em SILVA, Alberto da Costa e. *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992 e SILVA, Alberto da Costa e. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2002.

em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais²¹ nos séculos XVIII e XIX. É interessante ressaltar que neste último local, as mulheres negras comerciantes eram ao mesmo tempo fundamentais para o abastecimento de alimentos da região das minas – e por isso bem vistas pela Metrópole portuguesa – e representantes da tensão que pairava nas áreas mineradoras, por serem responsáveis pelo desvio de ouro e pedras preciosas, pela embriaguez dos escravos garimpeiros, pela ajuda na fuga de escravos e pelo abastecimento de quilombos – e por isso combatidas e controladas pela Coroa.

Também é bem pouco conhecida a influência da mulher escrava no que tange à educação e na formação da família brasileira. No nordeste açucareiro eram as mães pretas que criavam os filhos do senhor de engenho. Eram elas que educavam, contavam histórias, cantavam e lhes ensinavam as primeiras letras.

No continente africano a importância das mulheres toma dimensões ainda maiores, mas infelizmente desconhecidas por grande parte do público escolar, já que este assunto não faz parte (pelo menos da forma como deveriam) dos materiais utilizados na educação básica brasileira. Nos conflitos internos africanos, onde duas tribos inimigas disputavam terras e recursos, as mulheres da tribo derrotada eram incorporadas pela sociedade dos vencedores. Por isso as mulheres na África eram mais valiosas do que os homens, uma vez que esses, quando derrotados eram mortos pelos vencedores ou aprisionados de modo a fomentar o comércio de escravos com os portugueses, pois os prisioneiros sempre representavam o elemento de perigo de subversão para os vencedores.

²¹ Ver: para São Paulo, DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 1995; Rio de Janeiro, SOARES, Carlos Eugênio Libano. *Comércio, Nação e Gênero: as negras minas quitandeiras no Rio de Janeiro (1835-1900)*. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MATTOS, Hebe Maria & FRAGOSO, João (orgs.). *Escritos sobre história e educação*. Homenagem a Maria Yedda Leite Linhares. Rio de Janeiro: Maud/FAPERJ, 2001; Minas Gerais, FIGUEIREDO, Luciano R. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1993.

Outra grande importância das mulheres africanas é no que diz respeito à sucessão dos reinos locais. Como a poligamia prevalecia na África, no momento do falecimento de um rei local ficava difícil identificar o seu primogênito, já que tinha várias mulheres e muitos filhos ocorriam de nascer em datas próximas. A importância dessas mulheres dá-se à medida que a relação de sociabilidade entre as várias esposas de um rei decidia de forma consensual aquele filho que viria a ser sucessor do rei.

De todos os pontos abordados até o momento fica a clara discrepância da história produzida na academia, que busca ressaltar a importância das mulheres para a história, e a história efetivamente ensinada, que mascara muitas vezes estas outras abordagens da história que não a eurocêntrica e tradicional.

CONCLUSÃO

Alguns motivos nos levam a pensar que esta realidade de inadequação academia-escola-livros didáticos está em vias de encontrar algumas saídas, tendo em vista os esforços que vem sendo realizados por algumas instituições de ensino superior, tanto pública como privadas, visando promover o debate e o estudo de uma história que lance uma visão mais plural sobre os povos de origem africana.

Estes trabalhos a que nos referimos consistem em atividades nas quais os alunos são incentivados a mudar esta realidade que se mostra segregacionista. Como exemplo de tal prática podemos citar os eventos realizados nas dependências da Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhuaçu (FACIG) – a já mencionada disciplina específica na área e os eventos sobre cultura africana em parceria com o Colégio América – nos quais a comunidade local e escolar é convidada a debater sobre as apropriações da cultura afro-brasileira e africana e a importância das mesmas para a formação do povo brasileiro.

Se estes trabalhos, que buscam pôr fim à ditadura segregacionista de muitos livros didáticos serão postos em prática em outros locais ou, ainda, se isto se tornará uma constante no Brasil, é cedo para afirmarmos, mas o caminho percorrido neste sentido nos dá esperanças de que uma nova etapa da educação brasileira está sendo

construída, uma vez que a grande função da academia é repassar conhecimentos à sociedade, e não trancafiá-lo em seus muros internos. À sociedade e ao poder público, por sua vez, cabem a tarefa de receber este conhecimento novo – porque fruto de novas técnicas e de novas abordagens – não através da desconfiança, mas como novas luzes e compreensões lançados sobre uma história antes considerada oficial, única e verdadeira. A história, antes de tudo, é uma ciência da interpretação e da compreensão, e novas abordagens são sempre muito bem vindas.

REFERÊNCIAS

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil: por suas drogas e minas**. São Paulo: Ed. USP/Itatiaia, 1982.

BASTIDE, Roger. **Sociologia do folclore brasileiro**. São Paulo, Editora Anhembi, 1959.

_____. **Estudos afro-brasileiros**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1973.

BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

CARNEIRO, Edison. **Religiões Negras: notas de Etnografia Religiosa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

DEL PRIORE, Mary & VENÂNCIO, Renato Pinto. **Ancestrais: uma introdução à história da África atlântica**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. 2ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FIGUEIREDO, Luciano. **O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1993.

FREIRE, Gilberto. **Casa Grande e senzala**. 18 ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1977.

_____. **Sobrados e Mucambos**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 1990.

KI-ZERBO, J. **História da África Negra**. Viseu: Publicações Europa-América, s/d.

NETO, Margarida Sobral. **O papel da mulher na sociedade portuguesa setecentista**. In: FURTADO, Júnia Ferreira (org.). **Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

PANTOJA, Selma. **A dimensão atlântica das quitandeiras**. In: FURTADO, Júnia Ferreira (org.). **Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SILVA, Alberto da Costa e. **Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2003.

_____. **A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2002.

_____. **A enxada e a lança: a África antes dos portugueses**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

SLENES, Robert. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOARES, Carlos Eugênio Libano. **Comércio, Nação e Gênero: as negras minas quitandeiras no Rio de Janeiro (1835- 1900)**. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MATTOS, Hebe Maria & FRAGOSO, João (orgs.). **Escritos sobre história e educação. Homenagem a Maria Yedda Leite Linhares**. Rio de Janeiro: Maud/FAPERJ, 2001.

SOUZA, Marina de Mello e. **Reis negros no Brasil escravista**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

THORNTON, John. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico, 1400-1800.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.